

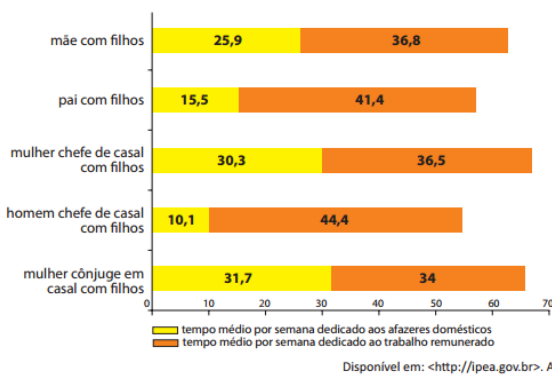
SEXTO PERÍODO

Conhecimentos gerais

1. As mulheres frequentam mais os bancos escolares que os homens, dividem seu tempo entre o trabalho e os cuidados com a casa, geram renda familiar, porém continuam ganhando menos e trabalhando mais que os homens.

As políticas de benefícios implementadas por empresas preocupadas em facilitar a vida das funcionárias que têm criança pequena em casa já estão chegando ao Brasil. Acordos de horários flexíveis, programas como o auxílio-creche, auxílio-babá e auxílio-alimentação são alguns dos benefícios oferecidos. (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>)

JORNADA MÉDIA TOTAL DE TRABALHO POR SEMANA NO BRASIL - (EM HORAS)



Considerando o texto e o gráfico, avalie as informações a seguir.

I - O somatório do tempo dedicado pelas mulheres ao afazeres domésticos e ao trabalho remunerado é superior ao dedicado pelos homens, independentemente do formato da família.

II - O fragmento de texto e os dados do gráfico apontam para a necessidade de criação de políticas que promovam a igualdade entre os gêneros no que concerne, por exemplo, a tempo médio dedicado ao trabalho e remuneração recebida.

III - No fragmento de reportagem apresentado, ressalta-se a diferença entre o tempo dedicado por mulheres e homens ao trabalho remunerado, sem alusão aos afazeres domésticos.

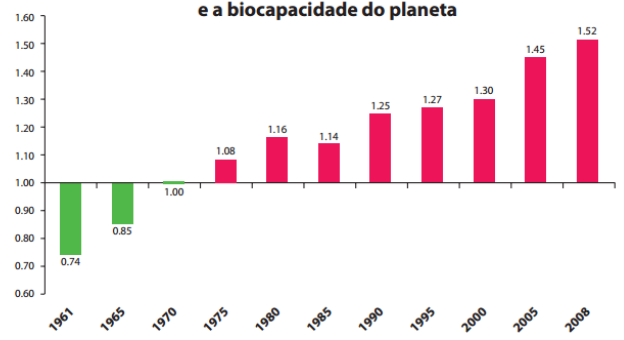
É correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

2. Pegada ecológica é um indicador que estima a demanda ou a exigência humana sobre o meio ambiente, considerando-se o nível de atividade para atender ao padrão de consumo atual (com a tecnologia atual). É, de certa forma, uma maneira de medir o fluxo de ativos ambientais que necessitamos para sustentar nosso padrão de

consumo. Esse indicador é medido em hectare global, medida de área equivalente a 10 000 m². Na medida hectare global, são consideradas apenas as áreas produtivas do planeta. A biocapacidade do planeta, indicador que reflete a regeneração (natural) do meio ambiente, é medida também em hectare global. Uma razão entre pegada ecológica e biocapacidade do planeta igual a 1 indica que a exigência humana sobre os recursos do meio ambiente é a reposta na sua totalidade pelo planeta, devido à capacidade natural de regeneração. Se for maior que 1, a razão indica que a demanda humana é superior à capacidade do planeta de se recuperar e, se for inferior a 1, indica que o planeta se recupera mais rapidamente.

Razão entre a pegada ecológica e a biocapacidade do planeta



Disponível em: <<http://financasfaceis.wordpress.com>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

O aumento da razão entre a pegada ecológica e a biocapacidade representado no gráfico evidencia

- A) Redução das áreas de plantio do planeta para valores inferiores a 10.000 m² devido ao padrão de consumo de produtos agrícolas.
- B) Aumento gradual da capacidade natural de regeneração do planeta em relação às exigências humanas.
- C) Reposição dos recursos naturais pelo planeta em sua totalidade frente às exigências humanas
- D) Tendência a desequilíbrio gradual e contínuo da sustentabilidade do planeta.

3. O quadro a seguir apresenta a proporção (%) de trabalhadores por faixa de tempo gasto no deslocamento casa-trabalho, no Brasil e em três cidades brasileiras.

Tempo de deslocamento	Brasil	Rio de Janeiro	São Paulo	Curitiba
Até cinco minutos	12,70	5,80	5,10	7,80
De seis minutos até meia hora	52,20	32,10	31,60	45,80
Mais de meia hora até uma hora	23,60	33,50	34,60	32,40
Mais de uma hora até duas horas	9,80	23,20	23,30	12,90
Mais de duas horas	1,80	5,50	5,30	1,20

CENSO 2010/IBGE (adaptado).

Com base nos dados apresentados e considerando a distribuição da população trabalhadora nas cidades e as políticas públicas direcionadas à mobilidade urbana, avalie as afirmações a seguir.

I - A distribuição das pessoas por faixa de tempo de deslocamento casa-trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro é próxima à que se verifica em São Paulo, mas não em Curitiba e na média brasileira.

II - Nas metrópoles, em geral, a maioria dos postos de trabalho está localizada nas áreas urbanas centrais, e as residências da população de baixa renda estão concentradas em áreas irregulares ou na periferia, o que aumenta o tempo gasto por esta população no deslocamento casa-trabalho e o custo do transporte.

III - As políticas públicas referentes a transportes urbanos, como, por exemplo, o Bilhete Único e Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), ao serem implementadas, contribuem para redução do tempo gasto no deslocamento casa-trabalho e do custo do transporte.

É correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II apenas.
- D) I, II e III.

4. O trecho da música "Nos bailes da vida", de Milton Nascimento, "todo artista tem de ir aonde o povo está", é antigo, e a música, de tão tocada, acabou por se tornar um estereótipo de tocadores de violões e de rodas de amigos em Visconde de Mauá, nos anos 1970. EM tempos digitais, porém, ela ficou mais atual do que nunca. É fácil entender o porquê: antigamente, quando a informação se concentrava em centros de exposição, veículos de comunicação, editoras, museus e gravadoras, era preciso passar por uma série de curadores, para garantir a publicação de um artigo ou livro, a gravação de um disco ou a produção de uma exposição. O mesmo funil, que poderia ser injusto e deixar grandes talentos de fora, simplesmente porque não tinham acesso às ferramentas, às pessoas, ou às fontes de informação, também servia como filtro de qualidade. Tocar violão ou encenar uma peça de teatro em um grande auditório costumava ter um peso muito maior do que fazê-lo em um bar, um centro cultural ou uma calçada. Nas raras ocasiões em que esse valor se invertia, era justamente porque, para uso do espaço "alternativo", havia mecanismos de seleção tão ou mais rígidos que os do espaço oficial. (RADFAHRER, L. Todo artista tem de ir aonde o povo está. In: Itaú Cultural).

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - O processo de evolução tecnológica da atualidade democratiza a produção e a divulgação de obras artísticas, reduzindo a importância que os centros de exposição tinham nos anos 1970.

PORQUE

II - As novas tecnologia possibilitam que artistas sejam independentes, montem seus próprios ambientes de produção e disponibilizem seus trabalhos, de forma simples, para um grande número de pessoas.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

5. O ciclo da política pública pode ser interpretado da seguinte forma: 1) percepção e definição de problemas; 2) agenda-setting (inserção ou exclusão do tema da pauta); 3) elaboração de programas e decisão; 4) implementação de políticas; e 5) avaliação de políticas e eventual correção da ação. Conforme este modelo, o processo de resolução de um problema político consiste de uma sequência de passos, que na prática, não são seguidos à risca pelos atores político-administrativos. Os processos de aprendizagem política e administrativa encontram-se em todas as fases do ciclo, ou seja, a avaliação e correção da ação pode ser feita em todas as etapas, conduzindo a adaptações permanentes dos programas. (FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, v. 21, 2000)

O texto trata do ciclo de políticas públicas, o qual

- A) é um modelo padrão, utilizado pelo Legislativo para fiscalizar obras executadas pelos governos.
- B) induz ao erro político, pois não há espaço para a construção de políticas públicas com efetividade para a população.
- C) é um modelo padrão, utilizado pelos governos para a implementação de políticas públicas, independentemente do contexto.
- D) oferece um quadro de referência para a análise processual da política pública, servindo como um modelo para a avaliação da política pública.

Filosofia

6. Considerando os conceitos de direito e de moral, assinale a opção correta à luz da filosofia do direito.

- a) Kant desenvolveu a teoria do mínimo ético, segundo a qual o direito representa todo o conteúdo moral obrigatório para que a sociedade possa sobreviver minimamente.
- b) Hans Kelsen formulou a teoria da bilateralidade atributiva, asseverando que a moral não se distingue do direito, mas o complementa por meio da bilateralidade ou intersubjetividade.
- c) Christian Thomasius propôs a distinção entre o direito e a moral, sob a inspiração pufendorfiana, com base na ideia de coação.
- d) Thomas Hobbes desenvolveu a teoria da atributividade, segundo a qual direito e moral estão inter-relacionados, tendo ambos origem no direito natural.

7. Ao comentar a doutrina aristotélica da justiça, Tercio Sampaio Ferraz Júnior, em sua obra Estudos de Filosofia do Direito, indica aquele que seria o "preceito básico do direito justo, pois só por meio dele a justiça se revelaria em sua atualidade plena". Este preceito, que também pode ser definido como "uma feliz retificação do justo estritamente legal" ou ainda "o justo na concretude", é denominado

- a) dignidade.
b) vontade.
c) equidade.
d) piedade.

Sociologia Jurídica

8. Um dos principais conceitos elaborados por Max Weber para analisar as relações de mando e obediência na sociedade é o de "dominação". Quais os três tipos de dominação de uma ordem legítima definidos pelo autor?

- a) Moderna, patrimonialista e demagoga.
b) Racional legal, tradicional e carismática.
c) Capitalista, socialista científica e socialista utópica.
d) Moderna, tradicional e demagoga.

Ética profissional

9. O advogado Lúcio, para ilustrar a tese que desenvolvia, fez inserir, em petição por ele apresentada, citação de julgado inexistente. Inseriu, ainda, citação doutrinária, cujo teor foi completamente deturpado. A respeito da hipótese, e nos termos do EAOAB (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil), assinale a afirmativa correta.

- a) Lúcio não cometeu infração disciplinar, pois o advogado, amparado no princípio da ampla defesa, deve ter liberdade para defender os interesses de seus clientes da forma que achar conveniente.
b) Lúcio cometeu infração disciplinar punível com pena de censura, nos termos do EAOAB, e violou dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB.
c) Lúcio cometeu infração disciplinar punível com pena de exclusão, nos termos do EAOAB, e violou dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB.

d) Lúcio não cometeu infração disciplinar prevista no EAOAB, tendo apenas violado dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB.

10. Nos termos do Estatuto da Advocacia e da OAB, CANCELA-SE a inscrição do profissional que:

- a) Sofrer penalidade de suspensão.
b) Passar a exercer atividade incompatível com a advocacia, ainda que em caráter transitório.
c) Sofrer de doença mental considerada curável.
d) Perder qualquer dos requisitos necessários para a inscrição.

11. José foi condenado criminalmente, com sentença transitada em julgado, e, paralelamente, punido também em processo disciplinar perante a OAB em função dos mesmos atos que resultaram naquela condenação criminal. Nos termos das normas estatutárias, é correto afirmar que:

- a) A reabilitação administrativa independe da criminal.
b) Ambas as reabilitações podem tramitar paralelamente.
c) A reabilitação administrativa é pressuposto da criminal.
d) É pressuposto da reabilitação à OAB o deferimento da criminal.

12. Fátima é advogada de Carla em processo proposto em face da empresa LL Serviços Anônimos, por contrato não cumprido. Posteriormente, Fátima patrocina os interesses de Leonídio em ação de responsabilidade civil, apresentada em face de Ovídio. Pelos descaminhos do destino, Carla e Leonídio estabelecem sociedade que, dois anos após a sua constituição, vem a ser dissolvida. Com os ânimos exaltados, Carla e Leonídio procuram sua advogada de confiança, Fátima, diante dos serviços de qualidade prestados anteriormente. Com sua rara habilidade persuasiva, a advogada consegue compor os interesses em conflito. Sobre o caso apresentado, observadas as regras do Estatuto da OAB e do Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

- a) A advogada deveria optar por um dos clientes na primeira consulta.
b) O litígio envolve interesses irremediavelmente conflitantes, o que exige a opção do advogado.
c) A conciliação purga o confronto de interesses entre os clientes da advogada.
d) O eventual acordo entre os litigantes, no caso, deveria ser feito por outro advogado.

13. O advogado Júlio César anunciou seus serviços profissionais em outdoors na cidade em que exercia suas atividades. Ao lado de sua fotografia de paletó e gravata, eram apresentados seu nome, inscrição na OAB, o endereço do escritório, os nomes de alguns de seus clientes mais famosos na localidade e as frases: A pessoa certa para resolver seus problemas judiciais. A garantia da

vitória ou seu dinheiro de volta. Aqui o cliente é quem manda. Com base no Código de Ética e Disciplina, assinale a opção correta a propósito da situação hipotética acima.

a) É possível o anúncio dos serviços profissionais de advogados em outdoors, desde que o advogado o faça com discricção quanto ao conteúdo e a forma.

b) O anúncio em outdoors é tipificado como imoderado e vedado pelo Código de ética e Disciplina.

c) Não há problema na mera divulgação dos nomes dos clientes na publicidade de Júlio César, já que esta é uma forma de atrair pessoas com os mesmos tipos de problemas jurídicos.

d) A seccional da OAB em que está inscrito Júlio César poderá abrir processo disciplinar contra ele, desde que haja representação de um de seus clientes arrolados no anúncio.

14. Assinale a assertiva incorreta segundo o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil.

a) A multa, aplicada cumulativamente com as penas de censura ou suspensão, pode ter seu valor arbitrado pelo Tribunal de Ética e Disciplina, dependendo das circunstâncias agravantes, em até 20 vezes o valor da anuidade.

b) Fica impedido de exercer o mandato o profissional a quem forem aplicadas as sanções disciplinares de suspensão ou exclusão.

c) Fica impedido de exercer o mandato o profissional a quem forem aplicadas as sanções disciplinares de suspensão ou exclusão.

d) Interrompe-se a prescrição à punibilidade das infrações disciplinares, entre outros motivos, pela notificação válida feita diretamente ao representado, pela OAB, na instauração do processo disciplinar.

15. Mário, advogado, foi contratado por Túlio para patrocinar sua defesa em uma ação trabalhista. O pagamento dos honorários advocatícios ocorreu na data da assinatura do contrato de prestação de serviços. No dia da audiência, Mário não compareceu nem justificou sua ausência e, desde então, recusa-se a atender e retornar as ligações de Túlio. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) A conduta de Mário caracteriza infração disciplinar de locupletamento à custa do cliente, cuja sanção legal é a suspensão até que a quantia seja devolvida ao cliente lesado.

b) Mário abandonou a causa trabalhista sem motivo justo, conduta que caracteriza infração disciplinar grave, iniciando-se o processo disciplinar, necessariamente, com a representação do juiz da causa, que deve certificar o abandono.

c) A conduta de Mário caracteriza infração disciplinar punível com suspensão, o que acarreta ao infrator a interdição do exercício profissional em todo o território nacional, pelo prazo de trinta dias a doze meses.

d) Mário, que descumpriu compromisso profissional, manteve conduta incompatível com a advocacia, desprestigiando toda a ordem de advogados, razão pela qual pode receber a sanção de advertência.

16. Sobre o Conselho Federal da OAB, é correto afirmar que:

a) É competente para editar e alterar o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina, e os Provimentos que julgar necessário.

b) É competente para criar as Subseções e a Caixa de Assistência dos Advogados.

c) É competente para decidir os pedidos de inscrição nos quadros de advogados e estagiários nas Seccionais.

d) É competente para fixar, alterar e receber contribuições obrigatórias, preços de serviços e multas dos advogados e estagiários.

17. Analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

I – A inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional da OAB em cujo território tenha seu domicílio eleitoral.

II - No caso de mudança efetiva de domicílio eleitoral para outra unidade federativa, deve o advogado requerer a inscrição suplementar no Conselho Seccional da OAB correspondente.

III - No caso de mudança efetiva de domicílio eleitoral para outra unidade federativa, deve o advogado requerer a inscrição suplementar no Conselho Seccional da OAB correspondente.

a) Somente as assertivas I e III estão corretas.

b) Somente as assertivas II e III estão incorretas.

c) Todas as alternativas estão corretas.

d) Todas as alternativas estão incorretas.

18. Analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

I – Não são admitidas a registro nem podem funcionar sociedades de advogados que, entre outras limitações, realizem atividades estranhas à advocacia.

II - É proibida a inscrição de uma sociedade de advogados em que não constem, em sua razão social, os nomes de todos os sócios.

III - O advogado tem o direito de integrar o quadro societário de mais de uma sociedade de advogados na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional onde estejam elas registradas. Quais são as corretas de acordo com Lei no 8.906/1994?

a) Apenas I.

b) Apenas III.

c) Apenas II e III.

d) I, II e III.

Constitucional

19. "A excessiva demora do Legislativo em aprovar uma proposta de criminalização da homofobia permite que o Supremo Tribunal Federal atue por conta própria para fixar regras contra essa

conduta. É o que diz o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em parecer enviado ao STF após processo apresentado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT).

Para Janot, a corte pode antecipar-se ao Congresso e utilizar o texto da Lei de Racismo a quem cometer crimes resultantes de discriminação motivada por identidade ou orientação sexual.

Segundo o procurador-geral, o preconceito contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais viola direitos fundamentais do cidadão e exige medida urgente. Além disso, ele disse que o Mandado de Injunção estabelecido na Constituição Federal permite o “diálogo institucional entre os poderes” e “a possibilidade de construção normativa no controle de constitucionalidade”.

(Disponível: <<http://www.conjur.com.br/2014-ago-20/pgr-muda-opinioao-cabe-supremo-criminalizar-homofobia>>) (texto adaptado)

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - De acordo com o exposto acima, A PGR entende que é possível acolher o pedido de aplicação da Lei 7.716/1989 (Lei de Racismo) para todas as formas de homofobia e transfobia, especialmente (mas não exclusivamente), das ofensas (individuais e coletivas), dos homicídios, das agressões, ameaças e discriminações motivadas pela orientação sexual e/ou identidade de gênero, real ou suposta, da vítima, por meio da técnica de interpretação conforme a Constituição

PORQUE

II - A necessária criminalização da homofobia e da transfobia não foi deixada apenas à discricionariedade política do legislador pela Constituição da República de 1988, a qual dispôs expressamente a respeito da punição de qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, no art. 5º, XLI, constituindo um mandado expresso de criminalização.

A respeito das asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
 B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
 C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
 D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

20.



"Caso paradigmático do beco sem saída da interpretação nacionalista dos tratados ocorreu recentemente, no chamado Caso da Guerrilha do Araguaia. Pela primeira vez, um tema (superação – ou não – da anistia a agentes da ditadura militar brasileira) foi analisado pelo Supremo Tribunal e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No âmbito do STF, A ADPF n. 153 pleiteava que fosse interpretado o parágrafo único do art. 1º da lei 6.683 de 1979 conforme a Constituição de 1988, de modo a declarar, à luz de seus preceitos fundamentais, que a anistia concedida pela citada lei aos crimes políticos ou conexos não se estende aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão (civis ou militares) contra opositores políticos, durante o regime militar. O STF julgou em 28 de abril de 2010 a referida Lei constitucional.

Por sua vez, em 26 de março de 2009, a Comissão Interamericana de Direitos humanos processou o Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (guardiã da Convenção Americana de Direitos humanos), invocando, ao seu favor, a copiosa jurisprudência daquela Corte contrária às leis de anistia e favorável ao dever de investigação, persecução e punição penal dos violadores de Direitos Humanos. Para a Comissão, o Brasil deve responder pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas, membros do PCdoB, como resultado de operações do Exército brasileiro empreendidas entre 1972 e 1975 com o objetivo de erradicar a Guerrilha do Araguaia, no contexto da ditadura militar do Brasil. Ainda segundo a petição inicial da Comissão, o Estado deve ser responsabilizado internacionalmente por não ter realizado uma investigação penal com o objetivo de julgar e sancionar os responsáveis pelo desaparecimento forçado das vítimas. Também a Comissão considerou que os recursos judiciais de natureza civil com vistas a obter informação sobre os fatos não foram efetivos para garantir aos familiares das vítimas o acesso à informação sobre a Guerrilha do Araguaia. Por fim, a impunidade dos responsáveis e a falta de acesso à justiça, à verdade e à informação, violaram o direito à integridade psíquica dos familiares dos desaparecidos e da pessoa. Em 24 de novembro

de 2010, meses após a decisão do STF, a Corte condenou o Brasil, julgando a Lei de Anistia incompatível com a Convenção Americana de Direitos Humanos. (RAMOS, A. C. Pluralidade das ordens jurídicas: uma nova perspectiva na relação entre o Direito Internacional e o Direito Constitucional. R. Fac. Dir. Univ. São Paulo, v. 106/107, jan/dez. 2011/2012) (adaptado)

A partir da charge e do texto assinale a opção correta:

A) Há um conflito insolúvel entre as decisões do STF e da Corte interamericana de Direitos Humanos no que tange à aplicabilidade da lei da anistia.

B) O aparente conflito entre as decisões do STF e da Corte interamericana de Direitos Humanos poderia ter sido solucionado de forma preventiva, por meio do Diálogo das cortes, se o STF tivesse utilizado das posições dos diversos órgãos internacionais de Direitos Humanos aos quais o Brasil já se submeteu na fundamentação de sua decisão.

C) Não se pode falar no Brasil na existência de um controle de convencionalidade de atos normativos internos em face de tratados internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário.

D) Deve prevalecer, no caso, a decisão do STF, em razão da soberania nacional.

21. Acerca da ADI, da ADC e da ADPF, assinale a opção correta.

A) Omissão legislativa federal ou estadual que obste a efetividade da CF pode ser objeto de ADI, mas não o pode a omissão administrativa.

B) Podem ser objeto de ADI, entre outros, os atos normativos editados por pessoas jurídicas de direito público, sejam elas federais ou estaduais.

C) Segundo entendimento do STF, todos os legitimados para propor ADI possuem capacidade processual plena e podem subscrever a peça inicial da ação sem auxílio de advogado.

D) Declarada a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal em ADC, nova análise contestatória da matéria só poderá ser feita mediante a decisão de dois terços dos membros do STF.

22. A respeito da ordem constitucional brasileira, assinale a opção correta.

A) Não se considera o município entidade federativa, embora se reconheça que ele dispõe de capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração.

B) As formas de Estado e de governo adotadas na CF são consideradas, devido a previsão expressa, cláusulas pétreas.

C) Quanto ao modo de elaboração, a CF é uma Constituição dogmática, na medida em que se apresenta como produto escrito e sistematizado

por um órgão constituinte, a partir de valores predominantes em determinado momento histórico. D) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser novamente apresentada na mesma legislatura.

23. Com base no disposto na CF a respeito da competência dos estados-membros e dos municípios e do procedimento de intervenção federal e estadual, assinale a opção correta.

A) Cabe, em todos os casos, ao presidente da República a iniciativa de decretação de intervenção federal nos estados e no DF, competindo-lhe, ainda, formalizá-la mediante decreto.

B) A intervenção nos municípios cabe somente aos estados-membros, salvo em municípios localizados nos territórios federais, caso em que a concretização da intervenção compete ao Senado Federal.

C) A fiscalização do município compete à assembleia legislativa do respectivo estado, mediante controle externo, com o auxílio dos tribunais de contas dos estados ou do município ou dos conselhos ou tribunais de contas dos municípios, onde houver.

D) O poder de instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, é dos estados, que devem editar lei complementar para fazê-lo

24. Considerando os critérios de classificação das constituições assinale as afirmações a seguir:

I - Constituições promulgadas são impostas pelos governantes, elaboradas sem a participação do povo. O líder político, ou grupo instalado no poder, decreta a Constituição do país, que, em geral, possui traços autoritários. Na história Brasileira há três constituições formalmente outorgadas.

II – Constituições ditas “normativas” são as que efetivamente conformam o processo político e as relações sociais, sendo objeto de plena observância pela sociedade. As relações de poder, de fato, se desenvolvem em conformidade com as regras e os princípios fixados no texto constitucional.

III – As constituições “garantia” apenas estruturam e limitam o exercício do poder político. São constituições liberais, sintéticas, em regra, cuja função é estabelecer anteparos de proteção do indivíduo contra o poder do Estado e organizar o governo com base no compromisso com a moderação.

IV – A “rigidez” constitucional que fora proposto por James Bryce, para quem a característica específica dessas constituições “reside no fato de que estas constituições possuem uma autoridade superior à das outras leis do Estado, e podem ser alteradas através de método diferente daquele através dos quais as outras leis podem ser editadas ou revogadas”.

Com base nas afirmações, marque a alternativa correta:

- A) I e II estão corretas.
- B) I, II e III estão corretas.
- C) II, III e IV estão corretas.
- D) Todas estão corretas.

25. Com base no histórico das Constituições Brasileiras, analise as afirmações a seguir:

I - Meses antes da proclamação da independência, já estava prevista a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte no Brasil, que havia sido convocada por meio de decreto expedido em 1822, e as eleições ocorreram em 07 de setembro e em maio de 1823. Como não era mais possível o retorno puro e simples ao absolutismo, que encontrava limites no enraizamento de algumas conquistas do liberalismo, desenhava-se uma fórmula compromissória que envolvesse a participação efetiva do monarca no exercício do poder.

II – O texto de 1981, apesar de mais analítico, era fortemente inspirado na Constituição norte-americana, da qual o jurista baiano, Ruy Barbosa, era profundo admirador.

III – A Constituição de 1946 buscou conciliar liberalismo político e democracia com o Estado Social.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a assertiva I está incorreta.
- B) Apenas as assertivas II e III estão incorretas.
- C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

26. A palavra "neoconstitucionalismo" não é empregada no debate constitucional norteamericano, nem tampouco no que é travado na Alemanha. Trata-se de um conceito formulado sobretudo na Espanha e na Itália, mas que tem reverberado bastante na doutrina brasileira nos últimos anos, sobretudo depois da ampla divulgação que teve aqui a importante coletânea intitulada Neoconstitucionalismo(s), organizada pelo jurista mexicano Miguel Carbonell, e publicada na Espanha em 2003(SARMENTO, Daniel. "O Neoconstitucionalismo no Brasil: Riscos e possibilidades". In: SARMENTO, Daniel. Filosofia e Teoria Constitucional Contemporânea. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2009).

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - Até a Segunda Guerra Mundial não se atribuía força normativa às constituições e aos princípios jurídicos e não se considerava como importantes no processo de aplicação do Direito.

PORQUE

II - Prevalencia no velho continente (países romano-germânicos) uma cultura jurídica essencialmente legicêntrica, que tratava a lei editada pelo

parlamento como a fonte principal - quase como a fonte exclusiva - do Direito

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

27. "A Carta de 1988 é, sem nenhuma dúvida, uma Constituição que tem os olhos postos no futuro – embora ela não deixe de conter também um acerto de contas com o passado. Trata-se de uma ordem constitucional que se propõe a ambiciosa empreitada de reconstruir o Estado e a sociedade brasileira sobre bases mais justas e equânimes; de refundar a República a partir de um projeto solidário e inclusivo. É evidente, no entanto, que entre a promessa constitucional e a realidade, medeia um espaço às vezes grande demais, que não será transposto apenas pelo voluntarismo do intérprete. Não se nega aqui que a exacerbação da dimensão utópica da Constituição encerra riscos que não podem ser negligenciados, dentre os quais a própria erosão da sua força normativa. Podemos, assim, conjugar a percepção sobre a reverência devida ao constituinte derivado, como expressão do direito democrático à autodeterminação das gerações presentes e futuras – o que enseja uma interpretação não maximadora das cláusulas pétreas". (SARMENTO, Daniel. Direito adquirido, emenda constitucional, democracia e justiça social. Revista Eletrônica sobre a reforma do Estado. N.º 12, ISSN 1981-1888. Salvador-BA, 2008).

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - A visão de que o direito adquirido configura uma garantia constitucional importante, mas que não foi posto pelo constituinte num pedestal, acima dos demais direitos fundamentais e interesses constitucionais e a noção de que a Constituição de 1988 propõe-se, essencialmente, a modificar as estruturas sociais e não a conservá-las nos leva a entender que os direitos adquiridos não são um limite para constituinte derivado.

PORQUE

II - Sujeitar as emendas à Constituição ao acatamento incondicionado de todos os direitos adquiridos no passado é fazer pouco do direito de cada geração de construir seu próprio caminho, mas é também, e acima de tudo, eternizar um *status quo* rebelde às dimensões transformadoras que, por imperativo constitucional, devem estar presentes no direito brasileiro.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

28. Analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa CORRETA.

I - Norma constitucional de eficácia plena é aquela que contém todos os elementos necessários para a pronta e integral aplicabilidade dos efeitos que dela se esperam.

II - Norma constitucional de eficácia limitada é uma norma de eficácia plena, que opera todos os efeitos desde sua entrada em vigor. No entanto, o legislador está autorizado a reduzi-la.

III - Norma constitucional de eficácia contida é aquela que não contém todos os elementos necessários à sua integral aplicabilidade, porque ela depende da interposição do legislador.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a afirmação I está correta.
- B) Apenas a afirmação II está correta.
- C) Apenas a afirmação III está correta.
- D) Todas as afirmações estão corretas.

Direito Civil

29. Quanto aos atos ilícitos e ao abuso de direito, assinale a opção correta:

- a) Para se caracterizar o ato ilícito, ainda que não tenha causado efetivo prejuízo, é necessária no momento da conduta, a verificação de dolo ou culpa por parte do agente.
- b) O abuso de direito caracteriza-se não pela incidência da violação formal a direito, mas pela extrapolação dos limites impostos pelo ordenamento jurídico para o seu exercício.
- c) O abuso de direito configura-se como ato ilícito e a responsabilidade dele decorrente depende de dolo ou culpa. Assim, para o reconhecimento desse ato ilícito, é imprescindível que o agente tenha a intenção de prejudicar um terceiro.
- d) É essencial a prova de que o agente tinha a intenção de prejudicar o terceiro, seja na prática do ato ilícito como na conduta abusiva.

30. A partir da compreensão dos institutos da prescrição e da decadência, marque a alternativa correta:

- a) Os variados prazos ditados pelos artigos 205 e 206 do Código Civil, por não se reportarem a direitos potestativos, são considerados, pois, como prescricionais extintivos.

b) Os prazos considerados decadenciais do Código Civil são aplicáveis aos denominados direitos potestativos, ou seja, são direitos subjetivos que exigem do outro uma contraprestação ou um dever específico.

c) Todo prazo considerado prescricional está ligado a uma pretensão, ou seja, ao poder que alguém tem de opor-se a uma violação sofrida, prazos estes que se encontram na parte especial do Código Civil.

d) O magistrado não poderá, de ofício, reconhecer a prescrição de direitos, salvo aqueles não patrimoniais ou os concernentes aos absolutamente incapazes.

31. O artigo 108 do Código Civil de 2002 estabelece que: "Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País".

Analise a situação abaixo:

Duas pessoas maiores e capazes celebraram um contrato de compra e venda de um imóvel avaliado em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), documentando o ato por meio de instrumento particular. Posteriormente, falecido o vendedor, os seus herdeiros apontaram a invalidade do ato por impropriedade da forma.

Com base no artigo transcrito acima e na situação relatada é correto afirmar que:

a) O Código Civil prestigia o princípio da conservação dos atos jurídicos, porém não previu meio de conservar negócios jurídicos eivados de nulidade absoluta.

b) Ao juiz caberá declarar de ofício a nulidade absoluta do negócio jurídico, não podendo, no caso apresentado, aproveitar a vontade válida declarada no instrumento particular a pedido do contratante interessado.

c) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo, mas, nesse caso é possível uma nova qualificação desse negócio jurídico que seria eivado de nulidade absoluta.

d) Um acordo de vontades não pode contrariar dispositivo legal sob pena de nulidade absoluta.

32. Mariana locou uma casa de Francisco, morando no referido imóvel no período de 01/02/2012 a 30/09/2012, sendo que o aluguel vencia todo dia 05 de cada mês. Ocorre que Mariana se mudou e não pagou o último mês que morou no imóvel de Francisco. Na data de 10/10/2015, Francisco resolveu cobrar de Mariana o mês não pago. Levando em consideração que o Código Civil prevê para essa hipótese prazo prescricional de 03 anos, é correto afirmar que:

- a) A pretensão de Francisco está extinta em razão de não ter exercido seu direito potestativo dentro de um prazo legal.

b) Mariana é titular de um direito potestativo, razão pela qual pode renunciar ao direito de alegar a prescrição, e pagar a dívida prescrita.

c) A renúncia por Mariana valerá, pois basta, para tanto, apenas que o prazo prescricional tenha sido consumado.

d) Mariana e Francisco não poderão estabelecer um prazo maior para a extinção da pretensão, mesmo não prejudicando direitos de terceiros.

33. Em relação às invalidades do negócio jurídico, analise as assertivas abaixo:

I – A arguição de nulidade de um negócio jurídico, ao contrário da anulabilidade não está sujeita a prazo.

II – A nulidade alcança as hipóteses em que a lei taxativamente declarar o ato ou o negócio nulo, bem como aquele praticado para fraudar lei imperativa.

III – As nulidades do negócio jurídico devem ser pronunciadas de ofício pelo juiz, que também as pode sanar.

IV – Será nulo o negócio jurídico se o motivo determinante de uma das partes for ilícito.

V – Não será anulável o negócio jurídico se for preterida alguma formalidade que a lei considere essencial para a sua validade.

Das proposições acima:

a) Duas são verdadeiras e três são falsas.

b) Duas são falsas e três são verdadeiras.

c) Quatro são verdadeiras e uma é falsa.

d) Quatro são falsas e uma é verdadeira.

34. Leia as afirmações:

I. As ações possessórias são dúplices e fungíveis
PORQUE

II. Nas ações possessórias o réu pode, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse demandar a proteção possessória, e a ação de reintegração de posse cuja sentença de improcedência transitou em julgado não impede a propositura de ação reivindicatória.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

a) As duas afirmações são verdadeiras mas a segunda em nada justifica a primeira.

b) As duas afirmações são falsas.

c) As duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica parcialmente a primeira.

d) As duas afirmações são parcialmente verdadeiras.

35. Manoel casou-se com Joaquina no ano de 2004 e teve com ela dois filhos, Pedro e Luana. O casal adquiriu um pequeno imóvel no bairro de Lagoinha na cidade de Porto Velho, com 200 metros de área construída e nele passaram a residir. Além do imóvel, o casal adquiriu dois veículos durante o trâmite da relação conjugal e ambos não possuem outros bens imóveis. Joaquina passou a manter um relacionamento

extraconjugal com um companheiro de trabalho e abandonou o marido Manoel no início do ano de 2013, mudando-se para o bairro do Mariana, em Porto Velho. Manoel passou, então, a exercer sem oposição a posse direta com exclusividade sobre o imóvel de propriedade do casal no bairro de Lagoinha, utilizando-o para sua moradia, bem como de seus filhos Pedro e Luana. Neste caso, Manoel adquirirá o domínio integral deste imóvel se esta posse sem oposição e com exclusividade for exercida pelo prazo mínimo ininterrupto de

a) 02 anos.

b) 05 anos.

c) 10 anos.

d) 15 anos.

36. Marineuza locou um imóvel em ruínas e obteve de João, o proprietário, autorização para demoli-lo e construir uma casa de dois andares no local da antiga construção. Vencido o contrato, João entrou com pedido de retomada na justiça (despejo), fundamentando a desnecessidade de indenizar Marineuza, uma vez que o contrato de locação vedava o direito de retenção por benfeitorias. Marineuza não se conformando o procura com o advogado, recebendo da sua parte a seguinte orientação:

a) Marineuza é possuidora de má-fé pois tinha ciência de que as benfeitorias não seriam indenizadas.

b) Marineuza terá direito à indenização, uma vez que não se trata de simples benfeitoria e sim de verdadeira acessão, edificada com autorização do proprietário.

c) Diante do estabelecido no contrato e pelo princípio do pacta sunt servanda, Marineuza não tem direito a qualquer indenização.

d) Marineuza somente tem direito de permanecer no imóvel compensando-se em aluguéis os gastos que efetuou com o imóvel.

37. John Locke, no século XVII, analisou a sociedade e organizou a defesa teórica da propriedade burguesa absoluta, que serviu de fundamento a muito que se conhece hoje do modelo de propriedade. A propriedade da terra passou a ser objeto no mundo das trocas. Na sociedade contemporânea, ela sofre uma série de limitações formais cujos conteúdos delineiam a sua função social, que se distingue da função social da posse e da função social da terra. A propriedade privada e seus consectários têm o caráter individualista dos direitos gerados nas concepções liberais do Estado moderno, e algumas restrições ao exercício desse direito ora se dão em favor da sociedade, ora em favor dos interesses dos próprios titulares dos direitos relacionados a ela.

Considerando o texto acima, os fundamentos teóricos do direito de propriedade e os limites estabelecidos pelas suas funções na sociedade contemporânea, conclui-se que a demarcação de terras, como restrição oriunda dos direitos relativos

à propriedade privada e das relações de contiguidade, é direito

a) exclusivo do proprietário do bem, em razão da natureza dos interesses tutelados e do atendimento aos interesses sociais e à função social.

b) de titular de direito real de qualquer classe, como o condômino e o credor pignoratício, atendendo-se, assim, a interesses sociais e à função social.

c) de titular de direito real de posse, uso e fruição do imóvel, incluídos o locatário e o usufrutuário, atendendo-se, assim, aos interesses sociais.

d) daqueles que se encontram no imóvel em razão de direito real, como o enfiteuta e o usufrutuário, o que atende diretamente aos interesses privados, sendo essa sua função.

38. No que concerne aos direitos reais limitados, assinale a opção correta.

a) A garantia real, no direito civil, ocorre quando o devedor, ou alguém por ele, destina determinado bem do seu patrimônio para a garantia de uma dívida. Essa sujeição cria preferência, ou prelação, para o credor, que, na venda do bem, será o primeiro a receber, sem se sujeitar a concursos ou rateios.

b) Um pai poderá garantir a dívida de um seu descendente, hipotecando os seus bens particulares, sem a autorização de seu cônjuge e dos demais herdeiros. .

c) O direito de superfície é a concessão para se construir ou plantar em solo alheio. A constituição desse direito opera-se por contrato oneroso, durante a sua vigência, e o detentor da propriedade superficiária poderá modificar unilateralmente a destinação da utilização do terreno, quando essa não beneficiar a propriedade economicamente.

d) O direito real de servidão de passagem exige, para o seu reconhecimento, o encravamento do imóvel dominante, consistente na ausência de saída pela via pública, fonte ou porto. É passível de proteção possessória e pode ser adquirido por usucapião, mesmo que a posse seja descontínua e não aparente.

Penal

39. DULCE mantém relacionamento afetivo com ANA por cerca de dez anos, sendo diariamente ofendida, por meio de palavras e gestos. Deprimida, DULCE perdeu o emprego e assinou procuração à companheira ANA, que vem dilapidando o patrimônio comum do casal e bens particulares da companheira, sem prestação de contas ou partilha. DULCE se dirigiu à Delegacia de Defesa da Mulher, onde:

a) foi lavrado Termo Circunstanciado pela possível prática de delito de menor potencial ofensivo, regido pela Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei no 9.099/99).

b) foi lavrado Boletim de Ocorrência, após notícia dos fatos, porque DULCE foi vítima de violência patrimonial e psicológica, por condição de gênero feminino.

c) não foi lavrado Boletim de Ocorrência, após notícia dos fatos, porque ANA, autora dos fatos, é mulher, e, portanto, DULCE não está em situação de vulnerabilidade.

d) não foi lavrado Boletim de Ocorrência, após notícia dos fatos, porque a violência patrimonial implica ilícito civil, não contemplado pela Lei Maria da Penha (Lei no 11.340/06).

40. Com relação ao crime previsto no artigo 33 da Lei no 11.343/2006 (Drogas), pode-se afirmar que

a) é crime material, pois exige a produção de resultado.

b) prevê várias condutas incriminadoras, tendo o agente que incorrer em pelo menos mais de duas delas para a caracterização do delito de tráfico de drogas.

c) traz a possibilidade de o juiz reduzir até 2/3 da pena do agente caso ele seja primário, de bons antecedentes e não se dedique a atividades criminosas e nem integre organizações criminosas.

d) foi excluído do rol dos delitos equiparados aos hediondos, em razão da alteração legal que passou a admitir progressão do regime.

41. No tocante à investigação criminal pertinente aos crimes de tráfico de drogas, leia as assertivas a seguir e marque a alternativa correta.

I. O laudo prévio pode ser realizado por um só perito oficial, entretanto o laudo definitivo deverá ser realizado por dois peritos oficiais, ficando impedido de participar do laudo definitivo o perito que participar do laudo prévio, sob pena de nulidade.

II. O inquérito policial será concluído no prazo de trinta dias, se o indiciado estiver preso e de noventa dias, se o indiciado estiver solto.

III. Tratando-se do crime preceituado no artigo 33, § 3º da Lei nº 11.343/2006 (Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, à pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem), o inquérito policial deve ser instaurado de plano pela autoridade policial.

IV. Findos os prazos preceituados na Lei nº 11.343/2006, a autoridade policial remeterá os autos do inquérito policial ao Juízo, sem prejuízo de diligências complementares necessárias ou úteis à plena elucidação do fato, cujo resultado deverá ser encaminhado ao juízo competente até três dias antes da audiência de instrução e julgamento.

a) Apenas I e III estão corretas.

b) Apenas II e III estão corretas.

c) Apenas II e IV estão corretas.

d) Apenas I, II e IV estão corretas.

42. É correto afirmar que em relação a lesão corporal:

I - por tratar-se de crime material, a consumação ocorrerá quando a ofensa incidir apenas sobre a saúde da vítima.

II - será gravíssima a lesão se dela resultar o abortamento, desde que este tenha sido o resultado visado.

III - será reconhecida a qualificadora da deformidade permanente quando a ofensa ocorrer apenas no rosto da vítima.

IV - a diferença entre a contravenção penal de vias de fato e a lesão corporal está na inexistência de dano à incolumidade física da vítima.

- a) a assertiva I está correta e a III está errada
- b) a assertiva II está errada e a I está correta
- c) as assertivas II e I estão corretas
- d) as assertivas II e III estão erradas

43. Se da lesão corporal dolosa resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado morte, nem assumiu o risco de produzi-lo, configura(m)-se:

- a) lesão culposa e homicídio culposo, cujas penas serão aplicadas cumulativamente.
- b) lesão corporal seguida de morte.
- c) homicídio culposo qualificado pela lesão.
- d) homicídio doloso (dolo eventual).

44. Determinado sujeito, que acabara de se desiludir amorosamente, decide matar sua até então namorada. Toma emprestado o automóvel de seu vizinho e, durante o trajeto, por descuido, abalroa gravemente um outro veículo, causando sério prejuízo material. Mas, faltando-lhe coragem para consumir o homicídio, estaciona próximo a um bar, às portas da casa de sua ex-namorada e intencionalmente se embriaga, a fim de ganhar valentia para executar seu plano. Abandona o veículo, vai a pé até a casa da ex-namorada e, mediante asfixia, tira-lhe a vida. À luz do Direito Penal, o sujeito cometeu.

- a) dano e homicídio duplamente majorado, pela embriaguez dolosa e asfixia.
- b) homicídio qualificado pela asfixia.
- c) homicídio qualificado pela asfixia e agravado pela embriaguez pré-ordenada.
- d) dano e homicídio qualificado pela asfixia, em concurso material.

45. Analise as afirmações abaixo e escolha a resposta correta:

I - Furto de uso não constitui crime por falta de atipicidade formal da conduta.

II - No furto mediante fraude, a fraude visa permitir que a vítima incida em erro e, por isso, despoje voluntariamente de seu bem entregando seu bem ao autor do crime.

III - No furto qualificado pelo abuso de confiança, o sujeito não tem a posse do objeto material, que continua na esfera de proteção de seu dono depois da consumação do crime.

- a) As afirmações I e II estão corretas.
- b) As afirmações II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmação I está correta.
- d) Todas as afirmações estão corretas.

46. Assinale a alternativa correta:

I - Funcionário público que se apropria de dinheiro ou valor público de que tem posse em razão do cargo comete o crime de corrupção ativa

II - Funcionário público que desvia dinheiro ou valor público de que tem posse em razão do cargo comete o crime de peculato.

III - Funcionário público que exige vantagem indevida para si ou para outrem comete o crime de corrupção passiva.

IV - Funcionário público que solicita vantagem indevida para si ou para outrem comete o crime de corrupção ativa

- a) A assertiva I está correta e a III está errada
- b) A assertiva II está correta e a III está errada
- c) A assertiva IV está correta e a II está errada
- d) A assertiva II está correta e a I está errada

47. Assinale a alternativa correta

I - Comete prevaricação o funcionário público que, em consequência de vantagem ou promessa, deixa de praticar ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

II - O crime de concussão admite tentativa, como, por exemplo, na hipótese de carta interceptada.

III - Exige-se o efetivo recebimento da vantagem indevida, para que o crime de corrupção passiva se consuma.

IV - O peculato classifica-se como crime plurissubsistente.

- a) As assertivas II e a III estão erradas
- b) A assertiva IV está correta e a I está errada
- c) As assertivas III e IV estão corretas
- d) A assertiva IV está correta e a III está errada

48. Cláudio, agente fiscal de rendas, constatou sonegação de impostos por parte da empresa Alpha. No entanto, deixou de autuá-la, retardando a prática do ato de ofício, por ser amigo do sócio administrador da empresa. Porém, outro fiscal, sabendo do ocorrido, foi até a empresa e lavrou o auto de infração. Nesse caso, Cláudio

- a) responderá por corrupção ativa.
- b) responderá por prevaricação na forma tentada.
- c) responderá por prevaricação na forma consumada.
- d) não responderá por delito algum, por ter sido o auto de infração lavrado por seu colega de função.

Processo Civil

49 O juiz designará audiência de conciliação a ser realizada no prazo de trinta dias, citando-se o réu com a antecedência mínima de dez dias e determinado o comparecimento pessoal das partes, que poderão fazer-se representar por

preposto com poderes para transigir mas, não comparecendo, sofrerão os efeitos da revelia.

Essas regras referem-se ao procedimento

- a) sumário.
- b) dos juizados especiais cíveis.
- c) ordinário.
- d) especial de jurisdição voluntária.

50. Acerca de procedimentos especiais de jurisdição contenciosa, assinale a opção correta.

- a) Em ação possessória, se o réu considerar que foi ele o verdadeiro ofendido na posse, deverá reconvir ao autor.
- b) Se o inventariante removido não entregar os bens móveis do espólio ao seu substituto, será compelido a fazê-lo mediante mandado de busca e apreensão.
- c) Em embargos de terceiro — ação proposta por terceiro em defesa de seus bens contra execuções alheias —, é cabível demonstrar, por exemplo, a irregularidade do título do exequente.
- d) Na ação de depósito, o autor deverá pedir que o réu seja citado para entregar a coisa ou depositá-la em juízo, sendo incabível, nessa fase, pedido alternativo de consignação do equivalente em dinheiro.

51. Edson ajuizou ação exigindo contas de Túlio, que administrava seus bens. Citado, Túlio negou a obrigação de prestar contas, afirmando que não administrava os bens. Convencido de que Túlio tem o dever de prestar contas, o juiz deverá

- a) proferir sentença, determinando que Túlio apresente as contas, as quais, depois de apresentadas, serão decididas também por sentença, que terá natureza meramente declaratória de eventual saldo credor, não servindo de base para execução.
- b) determinar, por meio de decisão interlocutória, que Túlio apresente as contas, as quais, depois de apresentadas, serão decididas por sentença, que servirá de base para execução de eventual saldo credor.
- c) determinar, por meio de decisão interlocutória, que Túlio apresente as contas, as quais, depois de apresentadas, serão decididas por sentença, que terá natureza meramente declaratória de eventual saldo credor, não servindo de base para execução
- d) proferir sentença, determinando que Túlio apresente as contas, as quais, depois de apresentadas, serão decididas também por sentença, que servirá de base para execução de eventual saldo credor.

52. No que se refere aos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, é INCORRETO afirmar:

- a) O juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que reputar mais conveniente ou oportuna.
- b) A Fazenda Pública será sempre ouvida nos casos em que tiver interesse.

c) O Ministério Público atua em tais procedimentos somente como fiscal da lei, não podendo fazê-lo como parte.

d) Os interessados podem produzir as provas destinadas a demonstrar as suas alegações, mas ao juiz é lícito investigar livremente os fatos e ordenar de ofício a realização de quaisquer provas.

53. Sobre a ação de exigir contas, assinale a alternativa incorreta;

- a) A ação de exigir de contas pode ser proposta tanto por quem tiver o direito de exigí-las ou por quem tiver obrigação de prestá-las.
- b) O réu tem 5 (cinco) dias para prestar contas ou contestar sob pena de confissão consoante a obrigação de prestar contas propriamente dita.
- c) A ação de prestação de contas tem como objetivo analisar o quantum devido e não o mérito se deve ou não, sendo o último reservado a ação ordinária de cobrança.
- d) A ação de dar contas é, atualmente, procedimento especial, mas, com a eficácia do novo CPC, será relegada a operar como procedimento comum.

54. Havendo revelia, e produzindo ela os seus efeitos materiais, o Magistrado poderá dispensar a fase instrutória, e julgar antecipadamente o objeto do processo

PORQUE

Sendo o réu revel, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

Esta questão contém duas afirmações. Assinale a alternativa correta de acordo com a seguinte chave:

- A) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- B) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
- C) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
- D) a primeira afirmação é falsa e segunda é verdadeira.

55. O Juiz deverá decidir pela redistribuição dinâmica do ônus da prova na decisão de organização do processo

PORQUE

A inversão do ônus da prova foi acolhida pelo Novo CPC como regra de instrução, em atenção ao princípio do contraditório.

Esta questão contém duas afirmações. Assinale a alternativa correta de acordo com a seguinte chave:

- A) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- B) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
- C) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.

D) a primeira afirmação é falsa e segunda é verdadeira.

56. Assinale a alternativa correta:

a) Da decisão do relator que não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida caberá agravo de instrumento.

b) Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa e a interposição de qualquer recurso ficará condicionada ao depósito prévio do valor da multa.

c) Será julgado pelo STJ em recurso ordinário os processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País, independente do provimento ou não do pedido.

d) O agravo interno será dirigido diretamente ao tribunal e será instruído, obrigatoriamente, com cópias da petição inicial, da contestação, da petição que ensejou a decisão agravada, da própria decisão agravada, da certidão da respectiva intimação ou outro documento oficial que comprove a tempestividade e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.

57. Assinale a alternativa correta:

a) O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal.

b) Em razão do princípio da dialeticidade, em se tratando de dúvida relevante e não grosseira sobre qual recurso interpor, um poderá ser recebido pelo outro.

c) Considera-se real o prequestionamento do novo CPC que considera incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, independente da inadmissão ou rejeição destes.

d) Aplicam-se ao recurso ordinário as mesmas regras da apelação quanto aos efeitos, prazo e juízo de admissibilidade.

58. Assinale a alternativa correta

a) Da decisão monocrática do relator que negue seguimento a recurso manifestamente inadmissível não se admite novo recurso, cabendo à parte a eventual impetração de mandado de segurança para assegurar o julgamento colegiado da matéria.

b) No recurso ordinário não existe fundamentação vinculada, admitindo-se ao recorrente a alegação de qualquer matéria desde que respeite os limites objetivos da demanda

c) No recurso ordinário interposto diretamente ao STF e ao STJ, se faz necessário a

comprovação do prequestionamento da matéria aduzida no recurso.

d) Se o pedido ou a defesa possuírem mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação não poderá devolver ao tribunal o conhecimento dos demais.

Processo do Trabalho

59. José é empregado da sociedade empresária Bicletas Ltda. Necessitando de dinheiro, ele vendeu seu automóvel para seu patrão, sócio da sociedade empresária. Para sua surpresa, foi dispensado imotivadamente 4 meses depois. Para garantir o pagamento de horas extras trabalhadas e não pagas, Jonas ajuizou ação trabalhista contra a sociedade empresária Bicletas Ltda. A defesa da ré aduziu que não devia nenhuma hora extra a Jonas, pois o automóvel vendido ao sócio da ré apresentou defeito no motor, o que gerou prejuízo enorme para ele, razão pela qual tudo deveria ser compensado.

Diante disso, assinale a afirmativa correta.

A) Descabe a condenação em horas extras, dado o prejuízo causado, tendo em vista a vedação ao enriquecimento sem causa.

B) Descabe a arguição de compensação de qualquer natureza na Justiça do Trabalho, pois contrária ao princípio de proteção ao hipossuficiente.

C) Descabe a compensação, porque a dívida imputada a José não é trabalhista, devidas assim as horas extras na integralidade.

D) Cabe a compensação, desde que arguída em ação própria.

60. A papelaria Monte Fino Ltda. foi condenada numa reclamação trabalhista movida pelo ex-empregado Sérgio Silva. Uma das parcelas reivindicadas e deferidas foi o 13º salário, que a sociedade empresária insistia haver pago, mas não tinha o recibo em mãos porque houve um assalto na sociedade empresária, quando os bandidos levaram o cofre, as matérias primas e todos os arquivos com a contabilidade e os documentos da sociedade empresária. Recuperados os arquivos pela polícia, agora, no momento do recurso, a Monte Fino Ltda. pretende juntar o recibo provando o pagamento, inclusive porque a sentença nada mencionou acerca da possível dedução de valores pagos sob o mesmo título.

De acordo com o caso apresentado e o entendimento jurisprudencial consolidado, assinale a afirmativa correta.

A) É possível a juntada do documento no caso concreto, porque provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação.

B) O momento de apresentação da prova documental já se esgotou, não sendo possível fazê-lo em sede de recurso.

C) Pelo princípio da primazia da realidade, qualquer documento pode ser apresentado com

sucesso em qualquer grau de jurisdição, inclusive na fase de execução, independentemente de justificativa.

D) Há preclusão, e o juiz não pode aceitar a produção da prova em razão do princípio da proteção, pois isso diminuiria a condenação.

61. No bojo de uma execução trabalhista, a sociedade empresária executada apresentou uma exceção de pré-executividade, alegando não ter sido citada para a fase de conhecimento. Em razão disso, requereu a nulidade de todo o processo, desde a citação inicial. O juiz conferiu vista à parte contrária para manifestação e, em seguida, determinou a conclusão dos autos. Após analisar as razões da parte e as provas produzidas, convenceu-se de que a alegação da sociedade empresária era correta e, assim, anulou todo o feito desde o início.

Diante desse quadro, assinale a afirmativa correta.

- A) Contra essa decisão caberá agravo de petição.
- B) Trata-se de decisão interlocutória e, portanto, não passível de recurso imediato.
- C) Caberá a interposição de recurso ordinário.
- D) Caberá a interposição de agravo de instrumento.

62. Antônio é assistente administrativo na sociedade empresária Setler Conservação Ltda., que presta serviços terceirizados à União. Ele está com o seu contrato em vigor, mas não recebeu o ticket refeição dos últimos doze meses, o que alcança o valor de R\$ 2.400,00 (R\$ 200,00 em cada mês). Em razão dessa irregularidade, estimulada pela ausência de fiscalização por parte da União, Antônio pretende cobrar o reclamação trabalhista contra a empregadora e o tomador dos serviços, objetivando garantir deste a responsabilidade subsidiária, na forma da Súmula 331 do TST.

Diante da hipótese, assinale a afirmativa correta.

- A) A ação deverá seguir o procedimento ordinário, vez que há litisconsórcio passivo, sendo, em razão disso, obrigatório o rito comum.
- B) A ação deverá seguir o procedimento sumaríssimo, uma vez que o valor do pedido é inferior a 40 salários mínimos.
- C) A ação tramitará pelo rito ordinário porque um dos réus é ente público.
- D) O autor poderá optar pelo procedimento que lhe seja mais vantajoso.

63. Julgado dissídio coletivo entre uma categoria profissional e a patronal, em que foram concedidas algumas vantagens econômicas à categoria dos empregados, estas não foram cumpridas de imediato pela empresa Alfa Ltda. Diante disso, o sindicato profissional decidiu ajuizar ação de cumprimento em face da empresa.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) Deverá aguardar o trânsito em julgado da decisão, para ajuizar a referida ação.

B) Poderá ajuizar a ação, pois o trânsito em julgado da sentença normativa é dispensável.

C) Não juntada a certidão de trânsito em julgado da sentença normativa, o feito será extinto sem resolução de mérito.

D) Incabível a ação de cumprimento, no caso

64. O Desembargador Relator de um recurso ordinário, ao verificar que a matéria posta em debate já era sumulada pelo TRT do qual é integrante, resolveu julgar, monocraticamente, o recurso.

Diante do caso e da jurisprudência consolidada do TST, assinale a afirmativa correta.

A) A atitude está equivocada, pois, na Justiça do Trabalho, não cabe julgamento monocrático pelo TRT.

B) O julgamento monocrático está correto e dessa decisão não caberá recurso, com o objetivo de abreviar o trânsito em julgado.

C) É possível o uso subsidiário do Art. 557 do CPC, de modo que a decisão monocrática é válida na hipótese, e caberá recurso contra a decisão.

D) A única possibilidade de julgamento monocrático válido é aquele feito pelo TST.

65. Leia o seguinte enunciado, aprovado na I Jornada sobre o Código de Processo Civil, organizada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região:

Enunciado n.º 12 – I Jornada sobre o Código de Processo Civil de 2015. DISCIPLINA DA FUNDAMENTAÇÃO. CPC, ART. 489, § 1º E CF, ART. 93, IX. DEVER CONSTITUCIONAL. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE: CLARA, PRECISA E ESPECÍFICA. A premissa maior do Código de Processo Civil repousa em observar a Constituição, de modo que uma lei infraconstitucional não tem o poder de alterar o significado das normas constitucionais, por uma questão de hierarquia. O dever de fundamentar é constitucional (art. 93, IX) e o STF já decidiu que não há necessidade de rebater, de forma pormenorizada, todas as alegações e provas. A fundamentação, que pode ser concisa, será suficiente quando for clara - acerca da análise do direito, específica - quanto ao caso proposto, e precisa - quando indicar com exatidão a adequação dos fatos ao direito

Sobre o dever de fundamentação das decisões judiciais, é correto afirmar:

I – o Novo Código de Processo Civil, no § 1º do seu artigo 489, considera desprovida de fundamentação qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

II – a sentença que enfrenta todos os argumentos deduzidos pelas partes no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo órgão jurisdicional atende ao contraditório substancial, ao garantir às partes o direito de influir no conteúdo dos provimentos judiciais;

III – o dever de fundamentação, ao legitimar a atividade jurisdicional, cumpre uma dupla função: uma endoprocessual, ao permitir o seu controle, tanto pelas partes quanto pelo próprio Poder Judiciário, e uma exoprocessual, ao permitir o controle das decisões judiciais pela via difusa da democracia participativa, exercida pelo povo em cujo nome a sentença é pronunciada;

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) todas as assertivas são corretas;
- b) apenas as assertivas II e III são corretas;
- c) apenas as assertivas I e III são incorretas;
- d) apenas a assertiva I é incorreta;

Trabalho

66. Paulo é operador de máquinas de uma montadora de automóveis. Seu horário de trabalho é das 7:00 às 16:00, dispondo de uma hora de intervalo. O aparelho para registro do ponto eletrônico fica situado ao lado da máquina operada por Paulo e os controles são marcados no início e no fim da efetiva jornada de trabalho. Paulo diariamente chega ao trabalho às 6:15, horário em que sai da condução que o deixa na porta da empresa. Porém, tem que caminhar por cerca de trinta minutos até o local de início efetivo do trabalho. Insatisfeito, Paulo decidiu mover uma reclamação trabalhista em face de seu empregador.

Considerando o caso acima, assinale a afirmativa correta.

- A) Paulo não tem direito às horas extras, pois não havia excesso de jornada.
- B) Tendo havido extrapolação de 5 (cinco) minutos no tempo de deslocamento entre o portão e o local de trabalho, Paulo faz jus a 10 (dez) minutos extras no início e no fim da jornada.
- C) Paulo tem direito às horas extras (minutos) no início e no fim da jornada, dada a distância entre o portão da empresa e o local de trabalho, que supera 10 (dez) minutos de deslocamento.
- D) Paulo tem direito às horas extras registradas em seu cartão de ponto.

67. Hugo, José e Luiz são colegas de trabalho na mesma empresa. Hugo trabalha diretamente com o transporte de material inflamável, de modo permanente, nas dependências da empresa. José faz a rendição de Hugo durante o intervalo para alimentação e, no restante do tempo, exerce a função de teleoperador. Luiz também exerce a função de teleoperador. Acontece que, no intervalo para a alimentação, Luiz pega carona com José no transporte de inflamáveis, cujo trajeto dura cerca

de dois minutos. Diante dessa situação, assinale a afirmativa correta.

- A) Como Hugo, José e Luiz têm contato com inflamáveis, os três têm direito ao adicional de periculosidade.
- B) Apenas Hugo, que lida diretamente com os inflamáveis em toda a jornada, tem direito ao adicional de periculosidade.
- C) Hugo faz jus ao adicional de periculosidade integral; José, ao proporcional ao tempo de exposição ao inflamável; e Luiz não tem direito ao adicional, sendo certo que a empresa não exerce qualquer atividade na área de eletricidade.
- D) Hugo e José têm direito ao adicional de periculosidade. Luiz não faz jus ao direito respectivo.

68. João trabalha na área de vendas em uma empresa Recebe do empregador, em razão do seu cargo, moradia e pagamento da conta de luz do apartamento, além de ter veículo cedido com combustível. Tal se dá em razão da necessidade do trabalho, dado que João trabalha em local distante de grande centro, sendo responsável pela distribuição e venda dos produtos na região. Além disso, João recebe uma quota mensal de 10 pacotes de cigarro por mês, independentemente de sua remuneração, não sendo necessário prestar contas do que faz com os cigarros. A partir do caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- A) Os valores relativos à habitação, à energia elétrica e ao veículo integram a remuneração de João, por serem salário-utilidade, mas não o cigarro, por ser nocivo à saúde.
- B) Os valores de habitação e veículo integram a remuneração de João. A energia elétrica e o combustível, não, pois já incorporados, respectivamente, na habitação e no veículo. O valor do cigarro não é integrado, face à nocividade à saúde.
- C) Nenhum dos valores da utilidade integram a remuneração de João.
- D) Tratando-se de salário in natura, todos os valores integram a remuneração de João, pois são dados com a ideia de contraprestação aos serviços.

69. A respeito das férias, julgue os itens a seguir:

I – Muito embora as férias sejam concedidas por ato do empregador, que deverá escolher o período de férias de cada empregado (como manifestação do jus variandi), em dois casos, o empregado terá direito de usufruir do período de férias em época específica. É o caso do trabalhador menor, cujas férias deverão coincidir com as férias escolares, e dos membros da mesma família que prestem serviço ao mesmo empregador que, caso queiram e não haja prejuízo ao serviço, podem tirar férias juntos.

II – Sempre que as férias forem concedidas após o período de gozo, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração, conforme entendimento consolidado no Tribunal Superior do Trabalho.

III – Conforme entendimento consolidado no TST, não será devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.

IV – A garantia do direito a férias anuais remuneradas atende a finalidades fisiológicas (permitindo a recuperação física do trabalhador), econômicas (o trabalhador descansado tende a ser mais produtivo), culturais, políticas e sociais.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I e III
- b) I, II e III
- c) I, II e IV
- d) I, III e IV;

70. Leia o texto abaixo:

“Adesão ao plano de demissão voluntária da TAM supera 50%

A empresa aérea considerou o índice de adesão alto e ressaltou que isso lhe permite reduzir os desligamentos compulsórios.

São Paulo – A TAM, empresa aérea do grupo Latam Airlines, disse que seu programa de reestruturação de adesão voluntária teve adesão de mais de 50 por cento dos tripulantes envolvidos. A empresa havia adotado o programa formado por licença não-remunerada e desligamento voluntário de funcionários para cortar 811 postos de trabalho em meio à redução da oferta de voos no Brasil, para fazer frente ao aumento de custos.

O programa de adesão voluntária foi acordado entre a empresa e o Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) em 1º de agosto.

Em nota enviada à imprensa, a TAM considerou o índice de adesão alto e ressaltou que isso lhe permite reduzir os desligamentos compulsórios.

“Com o ajuste, a companhia vai adequar o quadro de comandantes, copilotos e comissários à realidade operacional em vigor na empresa - funcionários de outras áreas não foram afetados. A companhia convive com alta significativa dos custos, o que a levou a reduzir a oferta, no acumulado de 2011 até agora, em 12 por cento no mercado doméstico”, afirmou a TAM no comunicado.”

Fonte: EXAME. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/adesao-ao-plano-de-demissao-voluntaria-da-tam-supera-50>>

Considerando os princípios que orientam o Direito do Trabalho e a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, julgue os itens a seguir:

I – O TST não reconhece nenhum efeito jurídico ao plano de demissão voluntária, já que inadmissível qualquer a disposição, ainda que por meio de transação, de direitos trabalhistas;

II – A transação extrajudicial que importa rescisão do contrato de trabalho ante a adesão do empregado a plano de demissão voluntária implica quitação exclusivamente das parcelas e valores constantes do recibo;

III - Os créditos tipicamente trabalhistas reconhecidos em juízo não são suscetíveis de compensação com a indenização paga em decorrência de adesão do trabalhador a Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PDV);

É correto apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) II.
- C) II e III.
- D) I e II.

71. Jonas é empregado da sociedade empresária Ômega. Entendendo seu empregador por romper seu contrato de trabalho, optou por promover sua imediata demissão, com pagamento do aviso prévio na forma indenizada. Transcorridos 10 dias de pagamento das verbas rescisórias, Jonas se candidatou a dirigente do sindicato da sua categoria e foi eleito presidente na mesma data. Sobre a hipótese apresentada, de acordo com o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- A) Jonas poderá ser desligado ao término do aviso prévio, pois não possui garantia no emprego.
- B) Jonas tem garantia no emprego por determinação legal, porque, pelo fato superveniente, o aviso prévio perde seu efeito.
- C) Jonas passou a ser portador de garantia no emprego, não podendo ter o contrato rompido.
- D) Jonas somente poderá ser dispensado se houver concordância do sindicato de classe obreiro.

72. Considere a notícia reproduzida a seguir:

“Goleiro Bruno, do Flamengo, é suspeito de crime em MG”

A Polícia Civil de Minas Gerais instaurou inquérito para apurar o desaparecimento de Eliza Samudio, de 25 anos, mãe de um menino de quatro meses que seria filho do goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes. Conforme investigações preliminares da Delegacia de Homicídios de Contagem, a estudante estaria desaparecida há cerca de três semanas. A delegada Alessandra Wilke não descarta a hipótese de assassinato. Segundo ela, o goleiro será intimado a prestar depoimento nesta semana.

No fim da noite de sexta-feira, a mulher de Bruno, Dayane Souza, foi presa em flagrante sob a acusação de subtração de incapaz. O filho de Eliza estaria sob seus cuidados. Dayane já foi liberada.

O suposto filho de Bruno só foi localizado na madrugada deste sábado em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte. A delegada disse que "um conhecido (de Bruno) ficou encarregado de esconder essa criança". Segundo a delegada, "tanto Bruno quanto a sua mulher negavam saber

do paradeiro do bebê" e "Eliza já havia prestado queixa contra Bruno por agressão". Fonte: ESTADÃO. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,goleiro-bruno-do-flamengo-e-suspeito-de-crime-em-mg,572590,0.htm>>.

CLT: “Art. 482 - Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

- a) ato de improbidade;
- b) incontinência de conduta ou mau procedimento;
- c) negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;
- d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- e) desídia no desempenho das respectivas funções;
- f) embriaguez habitual ou em serviço;
- g) violação de segredo da empresa;
- h) ato de indisciplina ou de insubordinação;
- i) abandono de emprego;
- j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- k) ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- l) prática constante de jogos de azar.”

Considerando as regras que envolvem a terminação do contrato de trabalho, julgue os itens a seguir:

I – O clube de futebol, tendo em vista a repercussão social do caso, poderia dispensar o atleta por justa causa, com fundamento na alínea “d” do art. 482 da CLT;

II – Só é possível a dispensa de empregado por condenação criminal nas hipóteses em que o fato objeto de punição esteja relacionado ao contrato de trabalho;

III – A prisão cautelar do goleiro Bruno pode ensejar a suspensão de seu contrato de trabalho;

IV – A falta prevista na alínea “d” do art. 482 da CLT justifica a terminação motivada do contrato de trabalho em virtude da impossibilidade da prestação de serviços, pelo obreiro. Logo, só é possível a incidência da hipótese normativa delineada na alínea “d” do artigo 482 da CLT caso o empregado tenha sido condenado, com sentença transitada em julgado, a pena privativa de liberdade e desde que não tenha sido beneficiado com a suspensão condicional da pena.

É correto o que se afirma somente em:

- a) I e II;
- b) I, II e III
- c) I, II e IV
- d) III e IV;

Processo Penal

73. Durante 35 anos, Ricardo exerceu a função de juiz de direito junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Contudo, no ano de 2012, decidiu se aposentar e passou a morar em Florianópolis, Santa Catarina. No dia 22/01/2015, travou uma discussão com seu vizinho e acabou por ser autor de um crime de lesão corporal seguida de morte, consumado na cidade em que reside. Oferecida a denúncia, de acordo com a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, será competente para julgar Ricardo

- A) o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
- B) uma das Varas Criminais de Florianópolis.
- C) o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.
- D) o Tribunal do Júri de Florianópolis.

74. Carlos foi indiciado pela prática de um crime de lesão corporal grave, que teria como vítima Jorge. Após o prazo de 30 dias, a autoridade policial elaborou relatório conclusivo e encaminhou o procedimento para o Ministério Público. O promotor com atribuição concluiu que não existiam indícios de autoria e materialidade, razão pela qual requereu o arquivamento. Inconformado com a manifestação, Jorge contratou advogado e propôs ação penal privada subsidiária da pública. Nesse caso, é correto afirmar que:

- A) caso a queixa seja recebida, o Ministério Público não poderá aditá-la ou interpor recurso no curso do processo.
- B) caso a queixa seja recebida, havendo negligência do querelante, deverá ser reconhecida a preempção.
- C) a queixa proposta deve ser rejeitada pelo magistrado, pois não houve inércia do Ministério Público.
- D) a queixa proposta deve ser rejeitada pelo magistrado, tendo em vista que o instituto da ação penal privada subsidiária da pública não foi recepcionado pela Constituição Federal.

75. O inquérito policial pode ser definido como um procedimento investigatório prévio, cuja principal finalidade é a obtenção de indícios para que o titular da ação penal possa propô o suposto autor da infração penal. Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- A) A exigência de indícios de autoria e materialidade para oferecimento de denúncia torna o inquérito policial um procedimento indispensável.
- B) O despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial é irrecorrível.
- C) O inquérito policial é inquisitivo, logo o defensor não poderá ter acesso aos elementos informativos que nele constem, ainda que já documentados.
- D) A autoridade policial, ainda que convencida da inexistência do crime, não poderá mandar arquivar os autos do inquérito já instaurado.

76. A prisão temporária pode ser definida como cautelar restritiva, decretada por tempo

determinado, destinada a possibilitar as investigações de certos crimes considerados pelo legislador como graves, antes da propositura da ação penal. Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

A) Assim como a prisão preventiva, pode ser decretada de ofício pelo juiz, após requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial.

B) Sendo o crime investigado hediondo, o prazo poderá ser fixado em, no máximo, 15 dias, prorrogáveis uma vez pe mesmo período.

C) Findo o prazo da temporária sem prorrogação, o preso deve ser imediatamente solto. D) O preso, em razão de prisão temporária, poderá ficar detido no mesmo local em que se encontram os presos provisórios ou os condenados definitivos.

77. A prisão domiciliar, nos termos do artigo 317, do Código de Processo Penal, consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial. Poderá o juiz, de acordo com o dispositivo legal seguinte, substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for, comprovadamente:

A) I. inimputável; II. semi-imputável; ou III. menor de 21 (vinte e um anos), sem comprovação de reincidência por crime doloso praticado com violência ou grave ameaça contra a pessoa.

B) I. maior de 70 (setenta) anos; II. gravemente doente; III. cuidador de pessoa menor de idade e portadora de necessidades especiais; e IV. gestante de alto risco.

C) I. portador de bons antecedentes criminais ou II. menor de 21 (vinte e um anos), se não preenchidos os requisitos no artigo 312, caput, do Código de Processo Penal.

D) I. maior de 80 (oitenta) anos; II. extremamente debilitado por motivo de doença grave; III. imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência; ou IV. gestante a partir do 7º mês de gravidez ou sendo esta de alto risco.

78. Sobre as medidas cautelares pessoais, analise as seguintes assertivas:

I. Durante a investigação policial, havendo indícios suficientes de autoria e materialidade, o juiz, possuindo convicção de que o investigado poderá prejudicar a instrução criminal, poderá decretar a prisão preventiva de ofício, haja vista que o inquérito policial foi devidamente instaurado.

II. No curso de uma ação penal, um réu que respondeu ao processo em liberdade e possui residência fixa, e que nunca demonstrou qualquer sinal de que se furtaria à aplicação da lei penal, teve um pedido de prisão preventiva ofertado ao juiz pelo Ministério Público que especula sobre sua possível fuga, sem demonstração fática nos autos. Neste caso, diante da ausência de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, antes de

decretar a medida, deverá intimar a parte contrária dando-lhe ciência do requerimento.

III. Após a elaboração de um auto de prisão em flagrante pelo crime de estelionato, diante da impossibilidade do delegado de polícia em arbitrar a fiança, o acusado (ou seu defensor) deve requerê-la diretamente ao juiz, que decidirá no prazo de 48 horas, independentemente de manifestação do Ministério Público.

IV. Se houver a possibilidade de arbitramento de fiança, que deverá variar entre 10 (dez) e 200 (duzentas) salários mínimos em crimes cuja pena máxima seja superior a 4 (quatro) anos, o juiz ainda assim poderá aumentar o valor, se a situação econômica do réu o recomendar, em até 1000 (mil) vezes. Contudo, para determinar o valor final, deverá se ter em consideração, dentre outros fatores, as circunstâncias indicativas de sua periculosidade.

É correto o que se afirma APENAS em:

A) II, III e IV.

B) I.

C) II.

D) II e III.

79. José, que responde a processo pela prática do delito de roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo e concurso de agentes, está preso preventivamente. Diante disso, é correto afirmar que:

A) este delito não permite prisão domiciliar

B) este delito é infiançável.

C) caso o juiz revogue a prisão preventiva, não pode ele mesmo de novo decretá-la caso sobrevenham razões que a justificassem, devendo encaminhar os autos para análise por seu substituto.

D) a prisão preventiva pode ter sido decretada pelo juiz no curso da ação penal a requerimento do assistente.

80. Se assim recomendar a situação econômica do preso, a fiança poderá ser dispensada, e também :

A) reduzida até o máximo de um terço ou aumentada em até cem vezes.

B) reduzida até o máximo de dois terços ou aumentada em até mil vezes

C) reduzida até o máximo de metade ou aumentada em até dez vezes.

D) reduzida até o máximo de três quintos ou aumentada em até cinquenta vezes.